

ano 10 - n. 18 | set. 2020/fev. 2021  
Belo Horizonte | p. 1-242 | ISSN 2316-5499  
R. de Contratos Públicos – RCP

Revista de  
**CONTRATOS PÚBLICOS**

**RCP**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## DOUTRINA

### ARTIGOS

Considerações sobre a crescente tendência de abertura negocial nos contratos públicos e o desenvolvimento de novas técnicas procedimentais no Brasil e em Portugal

<b>Alice Silveira de Medeiros</b> .....	9
1 Apontamentos iniciais .....	9
2 Um pouco sobre os novos métodos de seleção de propostas com abertura negocial em Portugal e no Brasil .....	11
3 Considerações finais .....	18
Referências .....	21

A centralidade e complementaridade das funções administrativas no Direito Administrativo contemporâneo: um novo enfoque sobre o clássico

<b>Bernardo de Farias Martins</b> .....	23
Introdução .....	23
1 Funções administrativas: delimitando os contornos do objeto .....	24
2 A centralidade das funções administrativas no direito administrativo contemporâneo: da organicidade à funcionalidade .....	27
3 A complementaridade das funções administrativas no Direito Administrativo contemporâneo: função administrativa principal e função administrativa complementar .....	30
4 Síntese conclusiva .....	37
Referências .....	38

O limite do controle do Estado no setor portuário sob a perspectiva da autorização administrativa junto aos terminais portuários de uso privado

<b>Conrado Gama Monteiro</b> .....	41
1 Introdução .....	42
2 Serviço público como atividade econômica .....	43
2.1 A atividade econômica em sentido estrito de relevante interesse público e a autorização como permissivo para o seu exercício .....	47
3 A natureza do serviço portuário .....	50
3.1 O regime jurídico privado trazido pela Lei nº 8.630/1993 .....	51
3.2 O regime jurídico privado trazido pela Lei nº 12.815/1993 .....	53
4 A incompatibilidade da autorização portuária com o regime jurídico de direito privado .....	55
5 Conclusão .....	59
Referências .....	60

A influência da duração do contrato na implementação de políticas sociais e ambientais através da contratação pública

<b>Ednaldo Ferreira</b> .....	63
1 Introdução.....	63
2 A função regulatória da contratação pública.....	65
3 A relevância da duração do contrato para a promoção de políticas sociais e/ou ambientais.....	68
4 Os benefícios ou necessidade da celebração de contratos públicos longos.....	73
5 Conclusões.....	74

A desclassificação do concursando na fase da investigação social, como resultado do cumprimento do período de prova do sursis processual: restrições incompatíveis ao provimento de cargos de policiais

<b>Fabio Carvalho Verzola</b> .....	77
1 Introdução.....	78
2 Investigação social, sursis processual e incompatibilidade de provimento de cargos de policiais.....	79
3 Considerações finais.....	94
Referências.....	96

Os poderes exorbitantes previstos no código dos contratos públicos português: uma análise comparativa com a Lei de Licitações brasileira (Lei nº 8.666/1993)

<b>Luis Alberto Sampaio Correia</b> .....	99
1 Introdução.....	100
2 A relação entres os princípios da contratação pública e os poderes exorbitantes.....	101
3.1 A natureza jurídica, a irrenunciabilidade e a executividade das cláusulas exorbitantes.....	106
3.2 O poder de fiscalização.....	107
3.3 O poder de direção.....	108
3.4 O poder de modificação unilateral.....	108
3.5 O poder de aplicar sanções.....	109
3.6 O poder de resolver unilateralmente o contrato.....	110
3.7 O poder de ordenar a cessão da posição contratual do cocontratante para terceiro... ..	112
3.8 O caso da exceção de não cumprimento invocável pelo cocontratante.....	112
4 As cláusulas exorbitantes previstas no direito brasileiro.....	113
4.1 A alteração unilateral do contrato.....	114
4.2 A rescisão unilateral.....	116
4.3 A fiscalização nos contratos administrativos brasileiros.....	117
4.4 A prerrogativa de aplicar sanções administrativas.....	117
4.5 A ocupação provisória de bens.....	118
4.6 A exceção do contrato não cumprido e as demais hipóteses doutrinárias de cláusulas exorbitantes.....	119
5 Estudo comparativo: semelhanças e diferenças entre tratamento português e brasileiro.....	121
6 Considerações finais.....	123
Referências.....	124

Ensaio sobre a Contratação Pública Pandémica

<b>Pedro Santos Azevedo</b> .....	127
Notas prévias.....	127
Primeira:.....	127

Segunda: .....	128
Terceira: .....	129
Introdução.....	129
Parte I – O tempo na Contratação Pública Pandémica .....	130
Parte II – O risco na Contratação Pública Pandémica .....	136
Parte III – A normatividade da Contratação Pública pandémica.....	142
Conclusões .....	150

## A duração dos contratos na futura nova Lei de Licitações

<b>Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Erick Halpern</b> .....	155
1 Introdução.....	155
2 A duração dos contratos administrativos .....	157
3 A regra geral da duração contratual .....	159
4 Hipóteses excepcionais de contratos com prazo superior a 1 (um) ano .....	161
4.1 Projetos previstos no Plano Plurianual .....	162
4.2 Serviços e fornecimento contínuo.....	163
4.3 Contratos com duração de até 10 (dez) anos e dispensa de licitação .....	168
4.4 Contratos em que o Poder Público seja usuário de serviços públicos delegados sob o regime de monopólio .....	169
4.5 Contratos de atribuição e contratos de eficiência .....	171
4.6 Prorrogação automática nos contratos de escopo.....	172
4.7 Contratos sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	173
4.8 Contratos de operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação .....	174
5 Considerações finais.....	174
Referências.....	175

## A consulta preliminar ao mercado nas directivas da União Europeia e no código dos contratos públicos portugueses

<b>Sandra Tavares Magalhães</b> .....	177
1 Introdução.....	177
2 Perfil.....	178
3 Função e finalidade.....	181
4 Natureza e características jurídicas .....	183
4.1 Heterogeneidade .....	183
4.2 Oficiosidade .....	183
4.3 Não vinculatividade .....	184
4.4 Discricionariedade .....	184
5 A distorção da concorrência e a exclusão do procedimento .....	186
5.1 Os contributos da jurisprudência do TJUE .....	187
5.2 A tutela da proteção dos operadores económicos.....	188
6 As medidas adequadas para evitar a distorção da concorrência .....	192
7 Reflexões finais.....	194

## A emergência do COVID-19 nos contratos de infraestrutura: o momento certo para o reequilíbrio económico-financeiro das concessões e as medidas imediatas à disposição do administrador público

<b>Thiago Cardoso Araújo, Daniel Silva Pereira</b> .....	197
1 Contextualização e necessidade de revisão de categorias teóricas .....	198
2 A importância da adoção de um regime excepcional .....	200
3 Dois tempos de atuação: a separação entre medidas de reequilíbrio e de preservação imediata.....	204

4	Os mecanismos à disposição do gestor para manutenção da sustentabilidade das concessões .....	209
4.1	Concessão de subsídios públicos .....	209
4.2	Antecipação do pagamento de recebíveis .....	211
4.3	Obtenção de empréstimos e abertura de linhas de crédito multilaterais .....	213
4.4	Adoção de um regime especial de supervisão/cogestão .....	213
5	Conclusão .....	216
	Referências.....	217

Do fetichismo legal à busca pela “boa” burocracia nas contratações públicas do Brasil

<b>Victor Aguiar Jardim de Amorim.....</b>	<b>221</b>
Introdução.....	221
1    Minimalismo e maximalismo normativo: modelos de marcos legais das compras públicas e o fetichismo legal .....	222
2    Burocracia e disfunção burocrática: resgatando conceitos.....	228
3    Maximalismo da normatização primária como disfunção burocrática .....	230
4    Um caminho possível: a “boa burocracia” reside na atividade normativa secundária da Administração Pública.....	232
Conclusão .....	237
Referências.....	238
 Instruções para os autores.....	 241